

O Papel dos Governos Estaduais na Indução do Investimento: A Experiência dos Estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais

DENISE ANDRADE RODRIGUES*

RESUMO

A chamada “guerra fiscal” entre estados pode estar encobrindo uma nova realidade no desenvolvimento econômico brasileiro: a importância dos governos estaduais na indução do investimento e na atração de empresas. A capacidade de um estado organizar tanto instituições governamentais como privadas, de forma a constituir um ambiente favorável ao crescimento econômico, assegurando a estabilidade institucional, a infra-estrutura econômica e social e os incentivos fiscais, é um fator crucial na atração de empresas. Além disso, permite ao estado estabelecer uma relação menos dependente de incentivos do governo federal. Os Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais compreenderam o momento econômico e puderam estar prontos quando veio a estabilidade econômica, com o Plano Real, para atrair novos investimentos e induzir a ampliação de empreendimentos existentes. Suas experiências, portanto, podem servir de exemplo a outros estados.

ABSTRACT

The so called “fiscal war” may hide a new reality on Brazilian economic development: the states government significance in inducing investment and attracting enterprises. The state capacity of organizing institutional arrangements both public and private in order to provide favorable conditions to economic growth assuring institutional stability, social and economic infrastructure and fiscal incentives is a major factor on foreign enterprises attraction. Besides it allows the state government to be more independent from federal’s government incentives. Ceará, Bahia and Minas Gerais had an early comprehension of these changes on Brazilian economy and were ready to attract new investments and to induce existing enterprises expansion plans by the time Plano Real came and their experience may be an example to the others states.

* Economista da Representação Regional Sul do BNDES. A autora agradece os comentários de Lídia Goldenstein, Laércio Gonçalves e Walter Rodrigues, e as sugestões de dois pareceristas anônimos, bem como o apoio técnico de Cláudia Alledo, a boa vontade e a paciência de todos os entrevistados e o apoio institucional de Hélio Hermeto.

1. Introdução

O trabalho desenvolvido a seguir é o desdobramento de estudos anteriores sobre os cenários de crescimento da economia brasileira com base nos anúncios de novos investimentos publicados pela imprensa [Rodrigues (1997 e 1998)] e originou-se de visitas a empresas e entrevistas com secretários das áreas econômicas, empresários e assessores econômicos nos Estados da Bahia, do Ceará e de Minas Gerais.

Os três estados foram selecionados porque se destacaram, juntamente com São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná, na atração de novos empreendimentos no ciclo de investimentos iniciado em 1994/95. Estes últimos serão ainda visitados nesta etapa do trabalho, pretendendo-se, numa fase posterior, estender as visitas a outros estados que tenham atraído investimentos em proporção menor.

O objetivo principal dessas visitas foi procurar entender os aspectos regionais e de localização dos novos empreendimentos. Sob esta ótica, a constatação mais importante e comum a todos os estados visitados foi a existência de um ambiente favorável às novas oportunidades de investimento, tanto do ponto de vista institucional (governos estaduais, federação de indústrias e empresas) quanto da própria população, que de modo geral tem consciência de que seu estado está em meio a um processo de modificação econômica.

A chamada “mística de desenvolvimento” retirou os agentes econômicos da inércia a que estiveram sujeitos após mais de uma década de baixo crescimento e colocou em pauta a possibilidade de um estado restabelecer vocações não se prendendo a padrões preestabelecidos.

Surge um novo papel dos governos estaduais como o elemento mais importante na definição destas vocações e na sua sustentabilidade através de investimentos em infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações. O

avanço tecnológico permite que se sejam criadas vocações em regiões escolhidas e, simultaneamente, potencializados fatores naturais favoráveis, muitas vezes inadequadamente explorados.

O comportamento pró-ativo dos governos estaduais introduz a possibilidade de se planejar o estado com crescimento desconcentrado em relação à capital e de se desenvolver vocações e qualificações nos demais municípios. Os três estados visitados compreenderam este momento econômico, e a observação de suas experiências pode servir de exemplo a outros estados que vislumbrem, para si mesmos, um comportamento indutor de crescimento.

A primeira regra básica seria estabelecer um sistema de informações ágil e eficiente. As empresas conhecem suas necessidades de fornecimento de matéria-prima, insumos, qualificação de mão-de-obra e comercialização da produção e avaliam a localização do empreendimento com base em informações preexistentes, mesmo com toda a precariedade do sistema estatístico brasileiro. O sistema de informações estaduais tem uma dupla função: manter o governo estadual informado sobre os planos de investimentos e estratégias de crescimento de empresas; e prover a sociedade, em geral, de informações estatísticas estaduais e sobre os projetos de infra-estrutura em curso, suprimindo as deficiências do sistema nacional.

Ao tomar conhecimento das necessidades e restrições de um determinado empreendimento, o governo estadual pode mostrar que as condições preexistentes podem ser modificadas e melhoradas e, ao democratizar o acesso às informações, diminuir as incertezas provenientes de informações assimétricas. Além disso, também pode contribuir para profissionalizar as relações entre governo e sociedade, eliminando a exploração política sobre informações privilegiadas.

A segunda regra básica seria a existência de um balcão de entrada acessível a todas as empresas e um contato direto com um comitê em que estivessem

representadas várias secretarias de estado, de forma a conversar e abordar os múltiplos aspectos de um projeto com a empresa.

A terceira regra básica - talvez a mais importante - seria a existência de um fórum responsável pela institucionalização das regras de um programa de atratividade de empresas e ao qual aquele comitê estivesse subordinado. A principal função deste fórum seria reunir, em um mesmo ambiente, as várias portas de entrada de um governo estadual, de forma a dar agilidade e centralidade às ações.

A institucionalização de regras é um processo longo que demanda planejamento complexo e adesão de agentes econômicos externos ao governo estadual, mas que, em seu conjunto, compromete a sociedade com o programa. Os principais resultados são a estabilidade de regras, a diminuição da incerteza e o aumento do acesso das empresas aos programas de atratividade, eliminando os favores políticos.

A importância da dimensão pró-ativa dos governos estaduais para o crescimento econômico brasileiro tem sido paulatinamente reconhecida, principalmente no aspecto relativo à desconcentração regional. A lógica da desconcentração em relação aos grandes centros urbanos segue a racionalidade do planejamento estadual, porque demanda políticas específicas de incentivos, com premiações especiais para áreas que se deseja desenvolver e ações integradas de várias secretarias. O planejamento no âmbito nacional também permite a seleção de áreas prioritárias para o desenvolvimento, porém sob uma escala de prioridades nacionais, o que obviamente abrange poucas regiões e nem sempre de forma integrada com o restante do estado.

As ações para o esforço de desconcentração regional envolvem a integração entre as secretarias econômicas, de obras públicas, de educação e de emprego, tanto para suprir deficiências de infra-estrutura quanto de formação de mão-de-obra. Mas elas requerem principalmente uma estrutura de

premiação fortemente indutora para compensar a maior atratividade apresentada pela área de influência da capital.

Outra característica importante da ação desconcentradora, apreendida do exemplo de Minas Gerais, é que o esforço deve ser contínuo para se tornar bem-sucedido. O espaço de uma gestão estadual não é suficiente para garantir a desconcentração. O argumento de que é melhor aprimorar os mecanismos de atratividade de capital para depois realizar o esforço desconcentrador envolve, muitas vezes, uma pressa em obter o desenvolvimento econômico já, em detrimento de um padrão de crescimento mais dinâmico e, no futuro, menos dependente da ação governamental.

Por fim, o comportamento pró-ativo do governo estadual é muitas vezes tomado como mera “guerra fiscal” e esconde o fato de que o determinante locacional de um empreendimento está fortemente associado à capacidade de um estado organizar suas instituições, de forma a constituir um ambiente favorável a novos e, também, antigos empreendimentos, do ponto de vista da estabilidade institucional, da infra-estrutura econômica (saneamento, energia e transporte) e social (saúde e educação), do meio ambiente e, também, dos incentivos fiscais, desde que não comprometam o planejamento fiscal do estado.

É verdade, porém, que os estados têm uma difícil tarefa de saneamento financeiro que, em muitos casos, absorve praticamente toda a capacidade de trabalho da equipe técnica. A experiência de alguns estados tem mostrado que o enorme esforço de encontrar o equilíbrio fiscal deve vir acompanhado de um esforço, também enorme, de aumento da base de tributação e diminuição da sonegação, de um programa de privatização estadual e, em conformidade com estas restrições, de criação de fundos de desenvolvimento. Estes, apesar de inicialmente dependerem de aportes estaduais, com o desenrolar dos

financiamentos passam a ter dotação própria, podendo até gerar outros fundos.¹

O potencial indutor do crescimento econômico destes fundos tem origem na proximidade (ou simultaneidade) das ações de captação de recursos, através do pagamento de impostos, e de concessão de empréstimos, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo governo estadual em função do conhecimento de realidades localizadas, com uma tal abrangência dificilmente possível a alguma outra entidade.

O governo federal apresenta também este potencial indutor no que se refere ao mecanismo de captação de recursos e concessão de empréstimos, através, por exemplo, do imposto de renda, mas não tem a quantidade e a qualidade de informações relativas aos ambientes das empresas, disponíveis ao governo estadual. Além do mais, o governo federal não tem a mesma capacidade de mobilização institucional de um governo estadual.

Porém, existe um grande potencial na parceria estadual-federal estabelecida em função de prioridades definidas no âmbito estadual. Esta relação é completamente diferente de uma postura passiva do governo estadual, na qual aguarda recursos e obras do governo federal, definidos em função de grupos de pressão com interesses restritos. A mudança na postura do governo estadual é precisamente a grande novidade demonstrada pelos três estados visitados.

2. Caracterização dos Novos Investimentos na Bahia, no Ceará e em Minas Gerais

¹ Os fundos que tenham por base a arrecadação de ICMS, por exemplo, têm maior sucesso quando os recursos são concedidos em financiamento às empresas após o efetivo pagamento do ICMS, impedindo que as empresas que não tenham pago possam obter financiamento.

Nas entrevistas realizadas, apesar da tentativa de homogeneização, não foram obtidas respostas uniformes, o que resultou em algumas lacunas de informação que, entretanto, não comprometem a definição dos principais fatores de localização dos novos investimentos: estabilidade política e de regras de incentivos fiscais, condições de infra-estrutura e nível de comprometimento empresarial com as mudanças no estado.

Na Tabela 1 pode-se observar uma primeira caracterização dos investimentos previstos.

Tabela 1
Programa de Atração de Investimentos Industriais

	BAHIA	CEARÁ	MINAS GERAIS
Valor dos Investimentos (Implantação de Empresas)	US\$ 6,11 bilhões	US\$ 3,35 bilhões	US\$ 7,5 bilhões
Número de Empresas	211	370	188
Período de Abrangência do Anúncio do Investimento	1995/97	1995/Fev. 1998	1995/Maio 1998
Número de Municípios	37	52	76
Empregos Diretos	72.459	82.219	42.048
Principais Setores	Químico, Papel e Celulose, Automotivo	Siderúrgico, Têxtil e Confecções, Alimentos, Bebidas e Fumo	Mecânico, Telecomunicações, Siderúrgico
Total de Investimentos Previstos (Implantação e Expansão)	US\$ 12,2 bilhões	Sem Informações	US\$ 14,3 bilhões
Fonte de Informações	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia	Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Ceará	Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais

2. Cenários de Desenvolvimento da Bahia

Apesar de ter apresentado no início da década de 90 um crescimento médio superior ao do Brasil, a economia baiana não conseguiu reverter uma estrutura setorial fortemente concentrada em petroquímica e química (Tabela 2). O complexo químico, responsável por mais de 50% da produção da indústria baiana, localizado, quase integralmente, na região metropolitana de Salvador, passa por forte reestruturação, de modo a responder ao aumento da concorrência, decorrente principalmente da abertura econômica.

Tabela 2

Estrutura da Indústria de Transformação da Bahia: Valor Agregado Bruto a Preços Constantes - 1990/97
(Em %)

PRINCIPAIS GÊNEROS	1990	1992	1994	1996	1997
Química	50,6	51,4	50,1	50,2	51,0
Metalúrgica	12,1	12,1	10,8	12,5	12,0
Produtos Alimentares	9,0	7,7	7,2	6,3	6,1
Papel e Papelão	1,2	2,6	5,7	5,6	5,9
Têxtil	5,5	4,6	4,4	3,7	3,6
Bebidas	1,5	1,3	1,5	1,7	1,3
Material Elétrico e de Comunicação	1,8	1,7	1,5	1,5	1,6
Borracha	0,8	0,9	1,1	0,9	0,9
Outros	17,5	17,7	17,7	17,6	17,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

As intenções de investimentos (Tabela 3) apontam para a permanência desta concentração setorial, apesar dos esforços do governo estadual no sentido de estreitar e adensar a cadeia produtiva do setor químico, através do Programa Bahiaplast,² permitindo que empreendimentos acima de R\$ 50 milhões se localizem na região de Salvador, em contraposição ao esforço de desconcentração setorial regional. A concentração setorial na Bahia induz a concentração regional na região metropolitana de Salvador e necessita, portanto, de ações mais fortemente indutoras em direção a outros municípios.

² Bahiaplast é um programa de atração de empresas transformadoras de plástico através de vantagens na compra de matéria-prima do fornecedor local.

Tabela 3
Distribuição dos Investimentos da Bahia, por Setor – 1995/Janeiro de 1998

GÊNERO	Participação %
Química	34,97
Papel e Celulose	26,55
Automotiva	8,80
Produtos Alimentares	7,91
Extrativa Mineral	7,62
Bebidas	2,85
Calçados	2,73
Metalurgia	2,18
Mecânica	1,86
Informática	0,93
Plásticos	0,71
Reflorestamento	0,69
Têxtil	0,63
Vestuário	0,48
Minerais Não-Metálicos	0,38
Farmacêutico	0,36
Fumo	0,13
Saneamento	0,07
Borracha	0,06
Mobiliário	0,05
Peles e Couros	0,03
Perfumaria, Sabões e Velas	0,00
Total	100,00
Total (Us\$ Bilhões)	12,4

Fonte: Ernst & Young.

Apesar disso, o crescimento do complexo madeireiro na Bahia contribuiu para diversificar e desconcentrar um pouco a produção industrial: a região do Extremo Sul recebeu cerca de US\$ 3,3 bilhões dos novos investimentos (a partir de 1995), entre eles uma fábrica da Bacelo, de celulose solúvel (para tecidos sintéticos), a duplicação da Bahia Sul Celulose e a construção do complexo da Vera Cruz Celulose, em Eunápolis.³

³ Para detalhamento das condições de infra-estrutura, de incentivos fiscais e de estrutura administrativa e legal, ver Ernst & Young, *Doing business in Bahia*.

O setor metal-mecânico merece menção especial porque se criou uma expectativa de diversificação da cadeia, que é a segunda em importância no estado, com a possibilidade de instalação de um parque industrial automotivo e a vinda das empresas coreanas Asia Motors e Hyundai. Estas expectativas encontram-se frustradas no curto prazo, sobretudo devido aos efeitos da crise asiática sobre os novos projetos de empresas coreanas, que estão suspensos por um prazo ainda indeterminado.

O setor de bens de consumo não-duráveis, entre eles calçados e agroalimentar, tem introduzido novidades em relação à possibilidade de aumento de renda em municípios menores. Os principais investimentos anunciados em implantação de empresas, no período 1995/97, fora da região metropolitana de Salvador, podem ser vistos na Tabela 4.

Tabela 4
Principais Investimentos na Bahia no Setor Industrial fora da Região Metropolitana de Salvador

EMPRESA	SETOR	VALOR DO INVESTIMENTO (US\$ MILHÕES)	CIDADE
Calçados Azaléia	Calçados	225	Itapetinga
Ceval	Agroindústria	185	Barreiras
Schincariol	Bebidas	178	Alagoinhas
Pif-Paf	Agroindústria	70	Barreiras
Scalina Ltda.	Meias	55	Itabuna
Agronave	Fertilizantes	54	Feira de Santana
Tecflor (Aracruz)	Artefatos de Madeira	54	Nova Viçosa
Cervejaria Kaiser	Bebidas	39	Feira de Santana
Lucien Bernard & Cia	Bebidas	25	Casa Nova
Cimento Bahia	Cimento	21	Brumado
Komponent do Nordeste	Seringas	16	Feira de Santana
Vera Cruz Celulose	Celulose	1.550	Eunapólis
Total		2.472	

Fonte: Bahia Investimentos (maio 19/98).

Entre os fatores determinantes na localização de empreendimentos industriais na Bahia,⁴ destaca-se a sua posição geográfica estratégica como supridor de produtos para o restante do Nordeste, fortalecendo a hipótese de que a estabilidade de preços, proporcionada pelo Plano Real, teria mudado a concepção do restante do país em relação ao potencial deste mercado consumidor.

Outro fator relevante é o custo de mão-de-obra inferior ao das regiões Sul e Sudeste, aspecto particularmente importante para as indústrias de calçados, têxteis e de confecções, que apontam ainda a baixa mobilização sindical e a boa capacidade de aprendizado do trabalhador baiano como características que contribuíram para a definição da localização do empreendimento. A articulação das empresas com o governo estadual permite, também, o treinamento de mão-de-obra nos municípios carentes de trabalho especializado.

Do ponto de vista do setor de infra-estrutura, a Bahia está bem aparelhada. Através do Programa de Integração Logística e de Concessões Rodoviárias, o governo do estado planejou a articulação das cadeias de escoamento da produção, ligando as regiões produtivas da Bacia do São Francisco com o Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos (Salvador), e a recuperação de 3.550 km da malha rodoviária (22.482 km). Porém, o desenho desta malha descarrega em Salvador praticamente todo o transporte de carga e de passageiros não só da Bahia, mas de todo o Nordeste, o que acentua a polarização já mencionada anteriormente.

⁴ A consultoria Ernest & Young realizou uma pesquisa, em janeiro de 1998, com 60 empresas sobre os fatores determinantes de se escolher a Bahia para desenvolver projetos.

Tabela 5
Investimentos Anunciados na Bahia – 1995/97

SETORES	US\$ MILHÕES
Indústria de Transformação e Extrativa Mineral	12.281
Infra-Estrutura Hídrica, Econômica e Social	8.418
Energia	3.413
Irrigação	3.405
Telecomunicações	2.988
Turismo	1.433
Comércio, Construção Civil e Serviços	847
Total	32.785

Fontes Bahia Investimentos (maio 1998); e Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (dados do Plano Plurianual de Investimento 1996/99).

Antecipando-se a outros estados em seus programas de privatização e concessão de serviços, o governo da Bahia concedeu à iniciativa privada, em 1995, o transporte de Salvador a Itaparica através de barcas. O serviço, que era prestado de forma ineficiente e altamente custosa aos cofres estaduais, tornou-se um exemplo nacional de como a iniciativa privada, sob condições contratuais preestabelecidas com clareza (para dar confiabilidade ao empresário) e sob regulação, pode provocar modernização nas relações profissionais associadas ao empreendimento. Ao se livrar de um problema, o governo estadual colocou uma nova imagem na porta de entrada da Bahia, um estado moderno e limpo.

Os investimentos no aeroporto Luís Eduardo Magalhães (ex-Dois de Julho) serão finalizados até o ano 2000, e assim outra porta de entrada também modificará a imagem da “antiga” Bahia. Outros aeroportos também estão sendo modernizados, e já foram inaugurados os de Porto Seguro, Lençóis, Caravelas, Canavieiras, Valença e Barreiras.

Além disso, o Programa de Irrigação alocou, até o final de 1997, US\$ 3.405 milhões em projetos de irrigação, principalmente na região do médio São Francisco, beneficiando uma área com população aproximada de 1,9 milhão de pessoas.

As condições mais precárias são em saneamento. O programa Bahia Azul destina-se ao esgotamento sanitário, abastecimento de água, educação sanitária e tratamento do lixo no entorno da Baía de Todos os Santos. A partir do ano 2000, Salvador e as cidades circunvizinhas poderão ter índices de atendimento próximos aos das regiões mais desenvolvidas no país.

Os setores de telecomunicações e de energia não apresentam pontos de estrangulamento significativos e acompanham a expansão econômica prevista para a região.

Do ponto de vista da institucionalidade dos incentivos fiscais, observou-se que ocorre uma relativa estabilidade proporcionada pelos Programas de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex), de Investimento Agrícola, Proturismo e o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico, que, porém, ainda não têm uma ampla rede de acesso, que também não é igual para todas as empresas e implica a possibilidade de ingerência política, motivo de insegurança para os empresários, se não fosse por um longo período de sucessões politicamente afins. As pequenas e médias empresas, por exemplo, têm encontrado dificuldade em localizar seu balcão, assim como as empresas não-industriais.

Os programas com recursos fiscais da Bahia são tratados dentro do planejamento fiscal do estado, de forma a não comprometer futuramente suas finanças.

No setor de turismo existe também uma carência de institucionalidade, apesar do Proturismo (ver Anexo 2). O tratamento recebido é pouco profissional, segundo pesquisa elaborada por uma consultoria contratada para desenvolver a metodologia de *clusters* setoriais do Banco Mundial aplicados ao Nordeste⁵. O próprio governo estadual não desenvolve um esforço para superação de

⁵ Em seminário realizado em junho de 1998, “Iniciativa pelo Nordeste: Uma Estratégia de Desenvolvimento Competitivo”, o grupo responsável pelo setor de turismo desenvolveu e aprofundou este diagnóstico.

dificuldades, em termos de programas de educação e treinamento de profissionais.

Observa-se subjacente, mas constante, uma visão de incredulidade quanto aos desdobramentos dinâmicos do setor de turismo. Curiosamente, um estado tão bem aquinhoado pela natureza, em que a História do Brasil é tão presente, passa por um processo de negação de si mesmo, contrapondo os esforços de industrialização ao desenvolvimento do turismo, como se fossem excludentes. Em depoimentos sucessivos, empresários e executivos ligados ao setor percebem a contradição e expressam essa perplexidade através de explicações sobre a razão “por que os negócios não vão tão bem quanto deveriam” na Bahia, “terra do turismo”.

Outro aspecto peculiar à economia baiana é a representação de seu empresariado. Presentes no estado estão muitas empresas grandes e multinacionais, e sua representação junto às federações é, em grande medida, realizada por executivos ou assessores. Como as pequenas e médias empresas não têm muita presença, existe uma carência de representação para o que poderia ser uma agenda desenvolvimentista. O empresário “estrangeiro” não se encontra naturalmente incluído, e o esforço para que isto aconteça pode não estar em suas prioridades.

Por fim, outro aspecto interessante, abordado nas entrevistas, tratou da integração dos executivos e funcionários vindos de outros estados para a Bahia. De forma até surpreendente para alguns entrevistados, a adaptação é praticamente plena, não ocorrendo qualquer inconveniente tanto em termos profissionais (de qualificação e treinamento) quanto pessoais (boas escolas para os filhos, moradias e lazer adequados).

Cenários de Desenvolvimento do Ceará

A característica mais marcante dos novos investimentos industriais no Ceará é o fato de estarem concentrados em Fortaleza e em municípios sob sua influência (63,7% do total), enquanto o restante se encontra distribuído por 45 municípios, alguns bem pequenos. Os principais podem ser vistos na Tabela 6.

Tabela 6
Principais Investimentos no Ceará, por Município^a

MUNICÍPIO	TOTAL DE INVESTIMENTOS (US\$ MILHÕES)	HABITANTES	EMPREGOS DIRETOS
São Gonçalo do Amarante	841,8	29.293	792
Maracanaú	709,6	157.029	11.714
Caucaia	291,8	165.015	11.223
Fortaleza	208,3	1.765.794	5.813
Aquiraz	202,8	46.225	1.495
Pacatuba	186,6	60.024	3.869
Horizonte	153,2	18.262	5.434
Eusébio	132,1	20.388	2.086
Maranguape	95,2	71.628	3.522
Crato	79,8	90.413	2.550
Quixadá	63,7	72.297	1.690
Sobral	50,0	127.459	2.121
Ubajara	50,0	23.437	650
Pacajus	42,2	31.769	1.685
Barbalha	29,8	38.438	1.456
Limoeiro do Norte	20,0	41.683	1.730
Morada Nova	17,5	58.891	488
Juazeiro do Norte	17,4	173.320	631
Aracati	12,0	60.708	685
Itapipoca	12,0	77.225	1.000
Iguatu	11,5	75.619	1.129
Itapagé	11,5	33.648	1.560
Quixeramobim	10,8	59.115	1.245
Paracuru	7,0	20.937	400
Cratús	6,1	66.634	1.028
Forquilha	5,2	15.200	560
Santa Quitéria	5,0	49.412	450
Umirim	2,5	15.329	300
Uruburetama	2,5	13.530	300

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará.

^aA partir de 1995.

Na indústria de transformação do Ceará predominam os setores têxtil, vestuário, calçados e produtos alimentares (Tabela 7). No entanto, esta estrutura poderá sofrer grandes alterações quando se concretizarem os investimentos previstos no setor siderúrgico e no complexo metal-mecânico. O início das obras da Cia. Siderúrgica do Ceará, uma *ministeel* da Cia. Siderúrgica Nacional que utilizará a tecnologia do processo Nucor, foi retardado devido à renegociação do contrato de fornecimento de energia.

Tabela 7
Estrutura da Indústria De Transformação do Ceará – 1996/97
 (Em %)

PRINCIPAIS GÊNEROS	1996	1997
Têxtil e Vestuário	31,42	30,68
Produtos Alimentares, Bebidas e Fumo	28,08	26,36
Calçados	9,41	12,49
Minerais Não-Metálicos	8,19	8,58
Mecânica e Material de Transporte	7,23	6,96
Química e Farmacêutica	6,54	6,15
Metalúrgica e Siderúrgica	3,14	2,84
Madeira e Mobiliário	2,66	2,74
Material Elétrico e de Comunicação	0,69	0,71
Papel e Papelão	0,32	0,30
Outros	2,32	2,19
Total	100,00	100,00

Fonte: Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (Iplance).

Na Tabela 8 pode-se observar a distribuição dos investimentos previstos no Estado do Ceará, nos quais os setores têxtil, confecções e alimentos, embora continuem extremamente significativos, revelam a possibilidade de mudança de padrão, com o aumento de importância dos setores siderúrgico (já citado) e mecânico.

Tabela 8
Investimentos Previstos no Ceará, por Setor

SETORES	INVESTIMENTOS (US\$ MILHÕES)	%
Siderurgia	820,0	24,3
Têxtil e Confecções	732,8	21,9
Bebidas, Alimentos e Fumo	517,8	15,5
Mecânica	352,4	10,5
Calçados e Couro	212,8	6,3
Papel e Celulose	106,4	3,2
Química e Farmacêutica	57,5	1,7
Hotelaria (Turismo)	44,0	1,3
Mineração	31,7	0,94
Informática	13,5	0,40
Madeira	11,7	0,34
Eletrônica	8,0	0,24
Telecomunicações	6,4	0,19
Indústria de Gás	4,0	0,12
Diversos	429,5	12,8
Total	3.348	100,0

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará.

O esforço de industrializar o interior do Ceará é amparado por investimentos importantes em infra-estrutura, como, por exemplo: o Prourb, que visa à urbanização de 44 municípios, a maioria com empresas inseridas no Programa de Atração de Investimentos Industriais; o Programa de Estradas, com a recuperação de 1.900 km de estradas estaduais (investimento total de US\$ 229 milhões); e o Metrofor, com investimento de US\$ 290 milhões, atendendo à região metropolitana de Fortaleza. Em energia, já se encontra em operação o Linhão Banabuiú–Fortaleza, estando programados o Linhão Norte–Nordeste (que duplicará o fornecimento de energia do Sistema Tucuruí), a Usina de Energia Eólica (prevista para entrar em operação em dezembro de 1999), a construção de uma usina térmica no Complexo Industrial-Portuário de Pecém (que aguarda definição sobre a Cia. Siderúrgica do Ceará) e a construção de 377 km de gasoduto de Guamaré (no Rio Grande do Norte) até Fortaleza.

O Porto de Pecém, situado a 47 km de Fortaleza, já estando com suas obras em estado avançado, será dotado de terminal de cargas *offshore*, 16 m de calado, quatro berços de atracação e 360 hectares de retroporto, com

capacidade de atracação de navios de até 150 mil toneladas. O Porto de Fortaleza, na Ponta do Mucuripe, que complementa a estrutura portuária, é mais vocacionado para a carga geral. O aeroporto de Fortaleza, juntamente com um moderno complexo viário de acesso, foi inaugurado recentemente e tem capacidade para receber 2,5 milhões de passageiros por ano.

Contudo, as iniciativas na área de saneamento urbano e de recursos hídricos é que realmente modificarão a economia do Ceará. Da primeira constam o saneamento básico de Fortaleza e o Prourb (componente urbano), para planejamento e urbanização em 44 municípios; da segunda, na área de irrigação e de recursos hídricos, constam a construção do Açude Castanhão, com capacidade de irrigação de 42 mil hectares, o Prourb (componente hídrico), para construção de 14 barragens médias e 352 km de adutoras, e o Progerirh, que prevê o funcionamento do Sistema de Interligação de Bacias Hidrográficas.

O acesso à água na área rural torna possíveis os projetos de agricultura irrigada e de agroindústria e ainda modifica as relações de poder, porque no Ceará, como diz o dito popular, “tem poder quem tem água”. O impacto dinâmico dos recursos hídricos sobre a produção rural só poderá ser adequadamente avaliado mais à frente, tal a magnitude das modificações que daí advirão.

Em grande medida, o empresariado cearense, oriundo de empresas tradicionais, apoiou o Pacto do Ceará,⁶ que estabeleceu as bases políticas para a definição de diretrizes de um crescimento planejado e que culminou com um conjunto de iniciativas articuladas, entre elas o Programa de Atração de Investimentos conjugado com investimentos em infra-estrutura econômica e social.

⁶ Pacto desenvolvimentista estabelecido em 1991 entre empresários, políticos e técnicos com o objetivo de procurar alternativas para o Estado do Ceará. Entre os expoentes conhecidos estavam Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

É verdade que uma parte desse empresariado ressen-te-se, hoje, da presença de “estrangeiros” e considera que existem muitos incentivos para a implantação de novas empresas e poucos para as empresas existentes. A polêmica, porém, parece mais complexa, uma vez que envolve a falta de competitividade de empresas tradicionais frente às concorrentes mais modernas. As condições de sobrevivência destas empresas, em um ambiente competitivo, não podem, porém, estar dependentes de incentivos fiscais, pois o ônus recairia sobre o Custo Brasil, do qual as próprias empresas se ressentiriam.

Cenários de Desenvolvimento de Minas Gerais

A economia mineira constitui-se, hoje, talvez no melhor exemplo de planejamento estadual para a atração de investimentos associado à política de desconcentração. A região metropolitana de Belo Horizonte concentra somente 38% do PIB industrial, segundo dados de 1995 [Indi (1997)], sendo o restante bem distribuído por várias cidades. Em relação aos novos investimentos, a perspectiva de desconcentração se mantém (Tabela 9).

Tabela 9
Investimentos Previstos nos Principais Municípios de Minas Gerais – 1995/2000

MUNICÍPIOS	TOTAL DE INVESTIMENTOS (EM MILHÕES)	HABITANTES ^A (MIL)
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2.132	2.017
Juiz de Fora	1.688	385
Ipatinga	1.217	180
Uberlândia	598	367
Montes Claros	515	250
Uberaba	470	212
Lavras	308	66
Itajubá	296	75
Poços de Caldas	271	110
Pirapora	212	46
Varginha	159	88
Divinópolis	149	151
Pouso Alegre	104	82
Itaúna	75	66
Patos de Minas	75	103
Cataguases	68	58
Alfenas	53	53

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais.

^aDados do IBGE, *Anuário 1991*.

Na Tabela 10 pode-se verificar a maturidade da economia mineira através de sua diversificação. A distribuição do produto estadual mostra que o gênero metalurgia vem diminuindo sua participação desde 1984 (31% do total da indústria de transformação), em detrimento da maior participação dos gêneros mecânico e material de transporte, indicando um amadurecimento da cadeia produtiva em direção a produtos de maior valor agregado (Programa de Mineirização dos Fornecedores da Fiat).

Tabela 10

Estrutura da Indústria de Transformação de Minas Gerais: Valor Agregado Bruto a Preços Correntes – 1990/96

(Em %)

PRINCIPAIS GÊNEROS	1990	1992	1994	1995	1996
Química e Farmacêutica	8,1	10,6	8,7	8,0	9,0
Metalúrgica e Siderúrgica	21,6	21,6	21,3	21,2	19,9
Produtos Alimentares, Bebidas e Fumo	29,6	30,1	25,6	27,6	28,2
Papel e Papelão	3,1	3,0	2,9	3,6	3,2
Têxtil	6,7	5,8	4,4	4,00	3,6
Material Elétrico e de Comunicação	1,9	1,6	1,7	1,7	1,7
Mecânica e Material de Transporte	16,1	16,0	24,5	22,0	24,0
Vestuário e Calçados	3,6	2,2	2,10	2,0	2,20
Madeira e Mobiliário	1,5	1,1	1,30	1,5	1,7
Minerais Não-Metálicos	6,5	7,1	6,6	6,2	5,5
Outros	1,3	0,9	0,9	1,3	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro.

A configuração dos novos investimentos revela o prosseguimento da intensificação e adensamento das cadeias produtivas, principalmente de material de transporte, metalurgia, alimentos e fumo (Tabela 11).

Tabela 11

Investimentos Previstos em Minas Gerais, por Setor – 1997/2000

SETORES	INVESTIMENTOS (US\$ MILHÕES)	%
Mecânica	3.271	22,8
Telecomunicações	2.300	16,1
Energia	2.030	14,2
Siderurgia	1.692	11,8
Química e Farmacêutica	1.339	9,4
Mineração e Metalurgia	1.109	7,7
Bebidas, Alimentos e Fumo	980	6,8
Diversos	625	4,4
Têxtil e Confecções	459	3,2
Papel e Celulose	350	2,4
Madeira e Móveis	125	0,9
Serviços	48	0,3
Total	14.328	100,0

Fonte: Indi (1997).

À estabilidade proporcionada pelo Plano Real somaram-se as precondições de planejamento e de política industrial que vinham se consolidando há mais de uma década. A ação integrada Indi/BDMG/governo estadual perpassa por pelo menos duas gestões estaduais (governos Hélio Garcia e Eduardo Azeredo) e, com o apoio da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), a representatividade das propostas de incentivos garante sua estabilidade institucional, além, é claro, de toda a conformação legal traduzida em decretos e aprovada pela Assembléia Legislativa.

Os empresários mineiro e “estrangeiro” encontram um balcão para suas aspirações, tanto com garantia de primeiro atendimento em qualquer um dos órgãos citados quanto de regras claras, com pontuações tecnicamente definidas e sem interferências políticas. A credibilidade proporcionada por este mecanismo permite que as empresas consultadas em nenhum momento vislumbrem mudanças de regras com a proximidade das eleições.

Entre outros fatores de atratividade de empresas destacam-se a localização geográfica do estado, as ótimas condições de infra-estrutura urbana em praticamente todos os municípios (excetuando o norte), a malha rodoviária com muita capilaridade, o ótimo nível educacional e a qualidade da mão-de-obra.

Do ponto de vista de infra-estrutura, Minas Gerais não apresenta qualquer estrangulamento que não esteja sendo avaliado ou sanado, como a duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, e a irrigação no Vale do São Francisco. Além disso, seu sistema de telecomunicações é considerado um dos melhores do país.

O estado apresenta mecanismos de rígido controle ambiental que, ao contrário do senso comum, constituem regra de atratividade para muitas empresas. Alguns tipos de indústria necessitam de água com qualidade e baixa ou nenhuma poluição atmosférica. Existem mesmo as que têm maior consciência ambiental e destacam este critério como definidor de localização.

Um dos maiores problemas enfrentados, no entanto, é a difícil situação fiscal do governo estadual, que, embora não interfira em seus instrumentos de promoção e atratividade industrial, cujos fundos têm recursos independentes do orçamento estadual (ver Anexo 2), pode vir a comprometer a articulação de todas as instituições envolvidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.

4 . Sumário

Para simplificar os argumentos desenvolvidos neste trabalho, apresenta-se a seguir a Tabela 12, com algumas características dos estados visitados. Apesar de cada um deles possuir processos de desenvolvimento diferentes entre si, a troca de informações e o aprendizado entre eles é constante. Dos três estados é possível apreender mecanismos que contribuam para simplificar e atrair empresas, cabendo destaque especial ao controle fiscal baiano, à mobilização empresarial cearense e à capacidade institucional mineira.

Tabela 12
Fatores de Atratividade de Empresas dos Estados da Bahia, do Ceará e de Minas Gerais

ATRIBUTOS	BAHIA	CEARÁ	MINAS GERAIS
Infra-Estrutura	Deficiências em saneamento	Deficiências em energia e saneamento	Boa (investindo)
Meio Ambiente	Sem informações	Sem informações	Forte institucionalização
Infra-Estrutura Social	Deficiente	Deficiente	Boa
Concentração Industrial em Relação à Capital do Estado	Concentrada	Concentrada mas com política firme de desconcentração	Relativa desconcentração resultado de política firme de desconcentração
Estrutura da Indústria	Concentrada no setor petroquímico	Concentrada nos setores têxtil e de calçados	Diversificada
Incentivos Fiscais	Fortes	Fortes	Fortes
Institucionalização de Incentivos Fiscais	Dependente do governo estadual	Dependente do governo estadual	Forte estabilidade com independência do governo estadual
Situação Fiscal do Governo Estadual	Equilíbrio	Equilíbrio	Precária
Participação Empresarial	Pequena presença de empresários nos fóruns	Forte participação no processo de desenvolvimento	Forte participação no processo de desenvolvimento, com presença na Federação das Indústrias

Fontes: Entrevistas nas secretarias estaduais dos estados, com empresários e assessores.

A Bahia conseguiu, através de administrações estaduais sucessivas, conquistar um controle fiscal eficiente. A conjugação de poder político com

credibilidade substituiu a necessidade de institucionalizar as regras, porém ainda não permitiu o acesso indiscriminado de todas as empresas aos incentivos.

O Ceará conseguiu, apesar de todas as condições adversas (clima, escassez de água e grande pobreza), mobilizar seus agentes econômicos para um projeto de desenvolvimento, desde o primeiro governo Tasso Jereissati, e estava razoavelmente preparado, quando veio a estabilização econômica do Plano Real, para oferecer às empresas atrativos e ações integradas. O estado constitui, talvez, o maior exemplo de reversão de vocações preestabelecidas e de possibilidades de crescimento, ainda que modesto.

O Estado de Minas Gerais constitui um exemplo de política de atratividade associada à desconcentração de investimentos e, mesmo apresentando situações favoráveis de recursos naturais relativamente abundantes, boas condições de infra-estrutura e posição geográfica estratégica, optou por um comportamento pró-ativo no planejamento econômico e, já há alguns anos, vem colhendo os frutos através de um crescimento acima da média do Brasil.

Anexo 1. Relação de Entrevistados nas Visitas aos Estados da Bahia, do Ceará e de Minas Gerais

Bahia

Carlos Francischini	Diretor	Comab
Geraldo Machado	Secretário	Secretária da Indústria, Comércio e Mineração
Guilherme Furtado Lopes	Diretor	Secretária da Indústria, Comércio e Mineração
Hélder Mendes Ribeiro	Coordenador do Departamento de Economia	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
Jefferson Rodrigues	Diretor	Comab
Luiz Antonio Vasconcellos Carreira	Secretário	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
Luiz Carlos Lima Goulart	Diretor Executivo	Comab
Vladimir Abdala Nunes	Diretor Presidente	Sudic
Vladson Menezes	Assessor	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
Wagner Novaes	Diretor Presidente	Comab

Ceará

Antônio de Castro Queiroz	Assessor	Banco do Nordeste
Francisco José Lima Matos	Presidente	Centro Industrial do Ceará
Geraldo de Castro Oliveira	Gerente Administrativo	Vicunha Nordeste S. A.
Humberto Fontenele	1º Vice-Presidente	Fiec
João Adjemir Mesquita Paiva	Assessor Técnico	Secretaria do Planejamento e Coordenação
João Francisco Teixeira	Chefe de Gabinete	Secretaria da Indústria e Comércio
Manoel Carlos da Costa Marques	Gerente Financeiro	Vicunha Nordeste S. A.
Martiniano Martins Dias	Diretor Financeiro	Metalic
Osmundo Rebouças	Diretor	Banco do Nordeste
Roberto Múcio Vieira Chagas	Chefe de Gabinete	Secretaria do Planejamento e Coordenação
Wagner Bittencourt	Superintendente	CFN

Minas Gerais

Antonio Braz de Oliveira	Diretor	Fundação João Pinheiro
Cláudio de Paiva Ferreira	Diretor Superintendente	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo
Emílio Carlos Pires Pinheiro	Coordenador	Fiemg
Flávia Pereira Resende Braga	Economista	Fiemg
Francisco Carvalho Duarte Filho	Economista	BDMG

José Lana Raposo	Gerente	BDMG
Landulfo Dornas Filho	Secretário-Adjunto	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Presidente	Indi
Marcus Pestana	Secretário	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Marilena Chaves	Assessora Especial	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Pedro Paulo Petterson	Economista	Fiemg

Anexo 2. Fundos de Desenvolvimento dos Estados da Bahia, do Ceará e de Minas Gerais

1. Fundos de Desenvolvimento da Bahia

A. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (Probahia)

Para indústrias, agroindústrias, mineradoras, empresas de turismo e de geração de energia elétrica em seus projetos de implantação e ampliação:

- até 50% do ICMS devido para plantas localizadas na região metropolitana de Salvador;
- até 75% do ICMS devido para plantas localizadas no interior do estado, para investimentos superiores a US\$ 400 milhões ou para fabricação de produtos não produzidos na Bahia;
- prazo: varia de seis a 10 anos, com carência de três a cinco anos, e taxa de juros de 3% a.a. sem correção monetária.

B. Proturismo

Financiamento de instalações, obras civis, máquinas e equipamentos em empreendimentos turísticos de transporte, hospedagem, lazer e comércio de artesanato e artes:

- até 70% do investimento para ampliação e reforma;
- até 60% para implantação de hotéis e restaurantes;
- prazo: até oito anos, com dois de carência, e custo financeiro e 3% a 7% mais TJLP.

2. Fundo de Desenvolvimento do Ceará

O Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) apresenta as seguintes condições:

- para plantas industriais localizadas na região metropolitana de Fortaleza, empréstimo de 45% do ICMS recolhido mensalmente, com carência de 36 meses. (na devolução de cada parcela, a empresa terá um resgate de 40% do valor devido);

- período: seis anos ou 72 parcelas, prorrogáveis pelo mesmo período em caso de ampliação de indústria;
- para plantas industriais fora da região metropolitana de Fortaleza, empréstimo de 75% do ICMS, efetivamente recolhido mensalmente, com carência de 36 meses (na devolução de cada parcela, a empresa terá um resgate de 75% do valor da dívida);
- período: 10, 13 ou 15 anos para projetos que distem de Fortaleza até 300 km, entre 300 km e 500 km e acima de 500 km, respectivamente, prorrogáveis pelo mesmo período em caso de ampliação de indústria.

3. Fundos de Desenvolvimento de Minas Gerais

A. Fundo de Incentivo à Industrialização (Find)

- **Find/Pró-Indústria:**

- financiamento do capital de giro de 50% a 70% do ICMS mensal pago, com carência de 12 a 36 meses e período de cinco a 10 anos;

- atualização monetária: IGP-M com redutor de 50% a 82%, dependendo da região:

- * 50% - Região Metropolitana de Belo Horizonte, sul e Triângulo Mineiro;
- * 60% - Zona da Mata, Região Central, Alto Parnaíba e Centro-Oeste;
- * 70% - noroeste, norte e Vale do Rio Doce;
- * 82% - bacias dos rios Jequitinhonha, São Mateus e Mucuri;

Obs.: o prazo de utilização do financiamento, o percentual de ICMS e o prazo de carência são obtidos em função de pontuação definida em legislação específica.

- **Find/Programa de Indução à Modernização Industrial (Proim):**

- financiamento ao investimento fixo em até 50% de investimento total previsto no projeto, com carência de até 36 meses e amortização até 60 meses, contados do término da carência.

B. Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (Fundiest)

- Programa de Apoio à Implantação de Empreendimentos Industriais Estratégicos (Proe-Indústria):

- beneficiários : setores automobilístico e eletroeletrônico;
- financiamento de capital de giro referente a 70% do ICMS devido, com carência variando de 36 a 120 meses e com 10 anos (ou 120 parcelas) de prazo de utilização do financiamento, em empreendimentos cujos investimentos fixos sejam no mínimo de R\$ 150 milhões e gerem, no mínimo, 500 empregos diretos.
- Programa de Apoio à Implantação de Agroindústrias Estratégicas (Proe-Agroindústria);
- Programa de Estruturação Comercial de Empreendimentos Industriais Estratégicas (Proe-Estruturação).

Referências Bibliográficas

BARROS, J. R. M., GOLDENSTEIN, Lídia. O Plano Real e reestruturação produtiva. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1997.

_____. *Plano Real fase II: da estabilização ao crescimento sustentado*. Maio 1998a.

_____. *Estagnação, desindustrialização ou reestruturação produtiva?* Jun. 1998b.

BDMG. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDI)*, mimeo.

_____. *Política industrial vigente em Minas Gerais*, mimeo.

ERNST & YOUNG. *Doing business in Bahia*.

FIEB (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA). *Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia*. Salvador: Fieb/SEI, 1998.

FIEMG/CIEMG/SESI/SENAI/IEL/CASFAM. *Custo Minas: análise comparativa da competitividade de estados brasileiros*. Minas Gerais, 1997.

FIEMG/CIEMG/SESI/SENAI/IEL. *Investimentos industriais e a evolução do PIB mineiro*. Minas Gerais: Gerência de Assuntos Econômicos, jun. 1998 (versão preliminar).

Gazeta Mercantil. Colosso nascido do trigo: balanço anual 98. Ceará, n. 4, p. 34-35, jun. 1998.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Desigualdade e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos*. Brasília: Ipea/Diretoria de Política Regional e Urbana, maio 1997, mimeo.

INDI. *Minas Gerais: uma localização privilegiada*. Minas Gerais: Assessoria Econômica, 1997.

PACHECO, Carlos Américo. *Novos padrões de localização industrial?: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília: Ipea, maio 1998, mimeo.

RODRIGUES, D. A. Cenários de desenvolvimento regional. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 242-256, jun. 1997.

_____. Os novos investimentos no Brasil: aspectos setoriais e regionais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 169-190, jun. 1998.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. *Oportunidades de investimentos e negócios*. Salvador, 1997.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DO CEARÁ. *Programa de desenvolvimento industrial*. Ceará, jan./fev. 1998a, mimeo.

_____. *Brasil, Ceará: o privilégio de ser bem situado*. Ceará, 1998b.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Minas Gerais no mundo*.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. *Plano de desenvolvimento sustentável e os projetos estruturantes*. Ceará, maio 1998.

UDERMAN, Simone, MENEZES, Vladson. *O novo ciclo de industrialização da Bahia: a indústria da Bahia nos anos 90*. Salvador: SEI, 1998 (Série Estudos e Pesquisas, 37).